

# COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

## PROJETO DE LEI Nº 2483, DE 2003

Acrescenta parágrafo ao art. 625-E da Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, estabelecendo que a eficácia do termo de conciliação prévia que contiver renúncia de direitos do trabalhador está condicionada à anuência expressa de seu advogado e à homologação pelo sindicato.

### EMENDA SUBSTITUTIVA

Dê-se a seguinte redação ao art. 1º do Projeto:

Art. 1º O art. 625- da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar acrescido do seguinte § 2º, transformando-se em § 1º o atual parágrafo único:

“Art.625-E.....

§1º.....

§ 2º A eficácia do termo que contiver renúncia de direitos por parte do trabalhador fica condicionada à homologação pelo sindicato representante de sua categoria profissional, exceto no caso de se tratar de Comissão instituída no âmbito daquela entidade sindical.”

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

### JUSTIFICAÇÃO

O Projeto de Lei indica sensível progresso nas relações sociais e de trabalho quando admite a renúncia de direitos trabalhistas, reconhecendo, assim,

tratar-se de direitos personalíssimos, retirando-lhes o ranço que depõe contra a liberdade individual assegurada pela Constituição Federal.

Contudo, a pretendida anuência do advogado à renúncia de direitos eventualmente manifestada pelo seu cliente é incompatível com a próprio funcionamento da CCP, visto que nesta, a princípio e sem prejuízo da vontade em contrário das partes, não se exige a presença de advogado, de nenhuma das partes. Admitindo-se a proposição, estaríamos adicionando ônus para o trabalhador, que então seria obrigado a contratar advogado e remunerar-lhe pelos serviços prestados.

Além disso, temos que as funções de advogado são incompatíveis com o encargo que o PL pretende lhe emprestar, de anuir expressamente à renúncia de direitos eventualmente manifestada pelo seu cliente. Ao advogado, dentre todos os deveres que a legislação lhe impõe (Lei nº 8.906/1994, Código de Ética e Disciplina), tem o de informar o cliente, de forma clara e inequívoca, quanto a eventuais riscos da sua pretensão, e das conseqüências que poderão advir, razão pela qual, cumprido esse dever, não se justifica que o mesmo advogado atue como “agente homologador” do ato de renúncia.

Também há de se excluir da proposição a necessidade de homologação pelo sindicato da categoria quando se tratar de comissão instituída no âmbito do próprio sindicato, eis que ele já se encontra devidamente representado.

Sala da Comissão, 1º de abril de 2004.

**DEPUTADO LUIZ ANTONIO FLEURY  
PTB-SP**